

Lula tenta impedir filme de usar imagens proibidas por Moro

A defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao juiz Sergio Moro que proíba a utilização de imagens de sua condução coercitiva no filme *Polícia Federal – a lei é para todos*. O pedido se baseou em informações de que PF gravou o procedimento ilegalmente.

A defesa do ex-presidente já havia feito um pedido semelhante no último dia 23 com base em uma notícia da revista *Veja*, que afirma ter tido acesso ao vídeo de quase duas horas feito pelos investigadores da Polícia Federal durante a ação no apartamento de Lula. No entanto, o juiz [Sergio Moro afirmou que não podia impor censura](#) a veículos de comunicação ou mesmo à produção de algum filme.

Além disso, Moro afirmou que a petição se baseava apenas em reportagem jornalística, não sendo apresentada qualquer gravação durante a condução coercitiva. Para Moro, se qualquer veículo de comunicação ou produção do filme tivesse tido acesso às imagens, provavelmente estas já teriam sido disponibilizadas.

Intimado a prestar informações, o delegado de Polícia Federal Igor Romário de Paula afirmou que efetivamente houve gravação durante a condução coercitiva, mas que essas gravações não violam a determinação de Moro para que "em hipótese alguma" houvesse filmagens. De acordo com o delegado, não foram cedidas quaisquer imagens gravadas pela Polícia Federal.

No [despacho em que autorizou a condução coercitiva de Lula](#), Moro afirmou que "não deve ser utilizada algema e não deve, em hipótese alguma, ser filmado ou, tanto quanto possível, permitida a filmagem do deslocamento do ex-presidente para a colheita do depoimento".

Diante de novas notícias para diferentes veículos de comunicação, nas quais atores que compõem o elenco do filme e até mesmo o diretor do filme afirmam que tiveram acesso aos vídeos gravados pela Polícia Federal, a defesa de Lula apresentou nova petição nesta segunda-feira (27/3). O documento é assinado pelos advogados Roberto Teixeira, Cristiano Zanin Martins e Alfredo de Araújo Andrade.

Em uma das entrevistas citadas pelos advogados, o produtor do filme, Tomislav Blazic afirmou ao jornal *Folha de S.Paulo* que havia feito "acordo sem precedentes" com a Polícia Federal. Em outra entrevista, o ator Ary Fontoura, que irá interpretar Lula no filme, contou à revista *Veja* que foi até a sede da Polícia Federal em Curitiba assistir às gravações.

Na petição em que pede que o filme seja proibido de utilizar as gravações, a defesa de Lula diz que não tem o intuito de censurar, como afirmou Moro, mas que se cumpra a determinação do próprio juiz que proibiu qualquer filmagem do ato.

"O que se busca é impedir a veiculação de material produzido e obtido ilicitamente, fruto de prática que pode, em tese, configurar o cometimento de crime", afirma os advogados.

Além disso, a defesa de Lula alega que se essas gravações foram disponibilizadas para terceiros, conforme divulgado pela imprensa, houve violação a intimidade, a imagem e a honra do ex-presidente,

afrontando a Constituição e tratados internacionais. Nesse caso, pede que seja apurada a responsabilidade criminal dos responsáveis.

"O que não se pode fazer é simplesmente ignorar os ilícitos incorridos. O Peticionário [Lula] é sujeito de direitos como qualquer outro cidadão, não podendo ser tratado como um troféu ou objeto de acordo entre a Polícia Federal e agentes privados", concluem os advogados.

Clique [aqui](#) para ler a petição.

Processo 5006617-29.2016.4.04.7000

Date Created

28/03/2017